



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000413268

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1001001-47.2024.8.26.0168/50000, da Comarca de Dracena, em que são embargantes CLODOALDO IVAIR DA SILVA e DENIRCE APARECIDA DA SILVA, é embargado ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MAGALHÃES COELHO (Presidente), LUÍS FRANCISCO AGUILAR CORTEZ E RUBENS RIHL.

São Paulo, 29 de abril de 2025.

MAGALHÃES COELHO

Relator

Assinatura Eletrônica

**Embargos de Declaração Cível nº 1001001-47.2024.8.26.0168/50000 -
Comarca de Dracena**

Embargtes: Clodoaldo Ivair da Silva e Denirce Aparecida da Silva

Embargado: Estado de São Paulo

Interessado: Jurandir da Silva

Voto nº 66154

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Inocorrência de omissão, contradição ou obscuridade – Prequestionamento viabilizador de instância superior – Rediscussão de matéria já julgada, emprestando-lhes evidente efeito infringente – Recurso rejeitado.

I. Trata-se de embargos de declaração opostos, nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, sob alegação de que o acórdão recorrido apresenta omissões que comprometem o contraditório, a ampla defesa e a adequada prestação jurisdicional. Sustentam, especificamente, que: a) Houve omissão quanto à falta de impugnação, pela Fazenda Estadual, da alegação de ilegitimidade passiva de JURANDIR e DENIRCE, o que deveria levar ao reconhecimento da incontroversibilidade da matéria, conforme o art. 341 do CPC; b) O acórdão não se manifestou sobre a inaplicabilidade do parágrafo único do art. 116 do CTN, por ausência de regulamentação legal, tanto federal quanto estadual, impossibilitando sua utilização como fundamento da autuação

fiscal; c) É necessária manifestação expressa sobre os dispositivos legais indicados (art. 116, parágrafo único, do CTN; art. 341 do CPC; art. 997, VII, do CC) para fins de prequestionamento, nos termos das Súmulas 282 do STF e 211 do STJ.

II. Requerem, assim, o acolhimento dos embargos de declaração, com a correção das omissões e o provimento do recurso.

É o relatório.

O acórdão embargado não se ressentia da contradição, omissão ou obscuridade apontadas.

O acórdão apreciou as questões submetidas a julgamento, ainda que possa não ter feito referência expressa a certo e determinado dispositivo legal.

O que se verifica, portanto, ante a clareza dos fundamentos do acórdão, é que a embargante pretende, em verdade, por via dos embargos declaratórios, rediscutir matéria já julgada, emprestando-lhes evidente efeito infringente, o que é vedado.

Se há descompasso entre a tese defendida pela embargante e aquela acolhida pelo acórdão, restam-lhes o caminho dos recursos constitucionais, acaso cabíveis na hipótese em exame.

O eventual inconformismo daquele que foi vencido no processo, há de se dar pela utilização adequada do sistema de recursos previsto na legislação processual e, se acaso, cabíveis.

O que não se pode admitir é que pretendam a rediscussão de matéria já decidida, pretextando o prequestionamento viabilizador de Instância Superior.

Assim como não se acolhe embargos de declaração apenas com efeito de prequestionamento viabilizador de recursos para os Tribunais Superiores, também não se admite para a remissão a dispositivos ou textos da legislação em que se apoia os fundamentos da decisão embargada.

Sobre essa questão já decidiu o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, conforme ementa que segue:

“Não cabe ao Juiz decidir, de forma a atender o prequestionamento, no interesse da parte que vai recorrer. Sua função está na efetiva prestação jurisdicional a qual está obrigado, devendo fazê-la de acordo com a lei, e não com a vontade da parte. (TRT 3ª R. – 3ª T. – E.D. 41.292/96 - Ap. 01610/96 – Rel. Antonio A. da Silva – DJMG 19.11.96)”.

Para eventual efeito, considera-se prequestionada

toda a matéria objeto dos embargos declaratórios, **ressaltando-se, por fim, que a oposição de novos embargos declaratórios, que apenas rediscutam os fundamentos da decisão, será considerada protelatória.**

Daí o porquê, rejeitam-se os embargos declaratórios.

MAGALHÃES COELHO

Relator